POLÍTICAS AGRÍCOLAS E... PRÁTICAS CORPORAIS: UM POSSÍVEL DIÁLOGO*

LAERSON PIRES GONZAGA**

O objetivo principal deste trabalho consiste em apontar mais um elemento para o entendimento da gênese do paradigma da aptidão física na Educação Física brasileira. O presente estudo, portanto, pretende focar as políticas agrícolas que se desenvolveram no pós-guerra, merecendo destaque a “Revolução Verde” e suas possíveis implicações na manifestação das práticas corporais nos últimos anos.

Como pretexto de resolver o problema da fome que assolava o mundo no início dos anos cinquenta, os EUA iniciam uma política imperialista para a agricultura no Terceiro Mundo, batizando-a “Revolução Verde”. Se, por um lado, tal intento garantiu o desenvolvimento tecnológico da indústria agrícola americana, por outro, provocou no Terceiro Mundo um acentuado estímulo à agroexportação, à concentração de terras, com o fim da agricultura de subsistência e da economia familiar e conseqüente aumento do êxodo rural etc.

Outro resultado desta política descabida, que neste trabalho mereceu maior atenção, foi a indicação da alteração do padrão alimentar humano, tendo a alimentação de origem vegetal cedido espaço para a alimentação predominantemente de origem animal. Devido a este fato, os dados estatísticos oficiais mostram que as doenças degenerativas cardio-vasculares passam a incomodar os setores produtivos de nossa sociedade.

A força de trabalho qualificada sofre um duro golpe, fazendo surgir os mecanismos compensatórios, que se materializam num primeiro momento no Programa Cooper como alternativa de amenizar o problema, uma vez que já era tarde demais para recuar com o projeto econômico em vigor. Depois do Cooper proliferam-se outros programas (EPT, Mexa-se, Vida Ativa, Agita São Paulo, Caminhando com Saúde em Goiânia etc), alterando assim o quadro das práticas corporais que se manifestavam.

O novo mercado que surge em função deste quadro faz com que o professor de Educação Física abandone a prática pedagógica na escola, passando a atuar como professor de academia e instrutor pessoal de atividades físicas. O “novo” mercado que surge sugere um professor de Educação Física que abandone a prática pedagógica em detrimento de sua nova função como instrutor/técnico em atividades físicas/esportes. Por fim, este trabalho se apóia em dados obtidos, também, a partir da realidade de Goiânia, o que nos aponta para a leitura desta íntima relação entre políticas agrícolas e práticas corporais.

* Trabalho monográfico apresentado como requisito para obtenção do título de licenciado em Educação Física na UFG, sob orientação do Prof. Fernando Mascarenhas.

**Professor de Educação Física da FUMDEC – Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário.